

# O HORTO DAS VIRTUDES

CAROLINA FURTADO\*

FRANCISCA PIRES DE ALMEIDA\*

VERA GONÇALVES\*

**Resumo:** O presente artigo pretende debruçar-se sobre o Horto das Virtudes, espaço que surgiu com essa função em meados do século XIX e que grande impacto teve na cidade do Porto naquilo que concerne aos jardins públicos e privados da cidade. Por iniciativa de José Marques Loureiro (1830-1898) formava-se aquele que seria um dos estabelecimentos hortícolas de maior destaque no país e internacionalmente, a *Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense*, com implantação nos terrenos da Quinta das Virtudes.

Este estudo baseia-se assim numa revisão bibliográfica e no trabalho *in loco*, que se fizeram acompanhar por investigação documental, análise cartográfica e pesquisa no *Jornal de Horticultura Pratica* e nos catálogos da *Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense*. Apresentam-se como objetivos: conhecer o que foi o Horto das Virtudes, desde o seu aparecimento até à sua venda à Câmara Municipal do Porto, já no século XX, bem como divulgar e salvaguardar os seus vestígios remanescentes.

**Palavras-Chave:** Horto das Virtudes; Porto; José Marques Loureiro; Horticultura

**Abstract:** The present paper focuses on the Nursery Garden of Virtudes, a space that emerged with that role in mid-19th century and with great impact in the city of Porto, where public and private gardens were concerned. By initiative of José Marques Loureiro (1830-1898) what would become one of the greatest national and international horticultural houses in the country was born, the *Royal Horticultural-Agricultural Company of Porto*, located in the lands of the Virtudes Estate.

This study is based on literature review and *in loco* investigation, including the analysis of documents, maps, the *Jornal de Horticultura Pratica* and the *Royal Horticultural-Agricultural Company of Porto* catalogues. Our goal was to understand what the Nursery Garden of Virtudes represented, from its opening to its sale to the City Council of Porto, already in the 20th century, and to disseminate and protect the surviving traces.

**Keywords:** Nursery Garden of Virtudes; Porto; José Marques Loureiro; Horticulture

---

\*Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, DCTP, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

## O HORTO DAS VIRTUDES: PARA UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

De finais do século XIX e princípios do século XX, o Horto das Virtudes, implantado em parte do terreno da Quinta das Virtudes, foi, para a sua época, uma novidade, tendo ganho renome internacional. Com efeito, foi da sua atividade que nasceu o *Jornal de Horticultura Prática*, que se disseminaram flores e plantas que ajardinaram o país e que se acolheram outras tantas espécies vindas do exterior. Embora extinto, o facto é que ainda é hoje alvo de investigação, sobretudo no âmbito da arquitetura-paisagista e da botânica, não obstante ainda existir muito por explorar naquilo que concerne à sua valorização patrimonial.

A geomorfologia dos espaços, nas mais diversas latitudes, sempre condicionou a ocupação e utilização dos espaços, conduzindo à sua transformação<sup>1</sup>. As plantações vitícolas nas escarpas do Alto Douro Vinhateiro, agrícolas no Entre-Douro-e-Minho e no Perú ou Vietname, tal como a utilização das encostas para a construção de habitação, como no caso de Cinque Terre (Itália), são exemplos do sucesso do Homem num ambiente muito adverso. Também no Porto, nas Virtudes, aproveitando as encostas encaixadas do vale do rio Frio, soalheiras e férteis, foram surgindo socalcos cultivados: campos, pequenas hortas e quintas. Entre estas destacou-se, no século XVIII, a Quinta das Virtudes, nosso objeto de estudo.

As singulares características deste terreno são já descritas em finais do século XVIII pelo Padre Agostinho Rebelo da Costa, afirmando este: «Em toda a Cidade, não há sitio nem mais ameno, nem mais agradável: porque além da sua bella posição adornada de regulares Edifícios, gozaõ os olhos de hum só golpe, vista de Cidade, de Mar, Rio, Navios, Montes, Campinas, Quintas e Palacios»<sup>2</sup>.

Sabe-se que, cerca de 1840, funcionava já neste local um estabelecimento hortícola dirigido por Pedro Marques Rodrigues<sup>3</sup>. Poucos anos mais tarde, em data ainda não esclarecida, José Marques Loureiro (1830-1898) surge a trabalhar em colaboração com este último nas Virtudes, não tendo sido possível, até à data, apurar os moldes da mesma.

De acordo com uma inscrição pintada no teto da antiga cavaleriça da Quinta, atual oficina de cerâmica da *Árvore — Cooperativa das Actividades Artísticas, CRL*<sup>4</sup> foi fundado em 1848, por José Marques Loureiro<sup>5</sup>.

Na cartografia salienta-se o recorte vegetal desta área em forma triangular bem próximo do rio Douro. A mancha do horto, embora pouco perceptível, é já captada na planta de George Balck (1813) correspondendo nessa época à Quinta das Virtudes. Contudo, é a *Carta Topographica da Cidade do Porto*, levantada por Telles Ferreira que põe em evidência o horto com o plano dos jardins e dos seus socalcos, e o agrupamento factício das plantas e reservatórios de água.

Em 1865, o Horto das Virtudes esteve presente na Exposição Internacional Portuguesa, no Palácio de Cristal (Porto), destacando-se, a partir de então, em inúmeras exposições hortícolas, em Portugal e no estrangeiro, nas quais arrecadou variados prémios, como comprovam as folhas de rosto dos vários números do catálogo deste estabelecimento.

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, 1972: 378.

<sup>2</sup> COSTA, 1789: 85.

<sup>3</sup> CARNEIRO, 1909: 35-36.

<sup>4</sup> Adiante nomeada pela forma simplificada “Cooperativa Árvore”.

<sup>5</sup> SERENO *et al.*, 2002.

Com efeito, o Palácio de Cristal, inaugurado em 1865 com a primeira Exposição Internacional na Península Ibérica, traria para Portugal Emílio David (1839-1873), um jardineiro-paisagista alemão convidado para desenhar os jardins que enquadrariam o edifício. É neste contexto que, depois de ocupar a direção deste espaço verde, passa, a partir de 1869, a colaborar com José Marques Loureiro no seu horto, «facto que terá criado expectativas de significativo desenvolvimento, nomeadamente através do fornecimento de serviços na área do projeto de parques e jardins»<sup>6</sup>. Contudo, esta parceria manter-se-ia por um curto período de tempo, passando Emílio David a administrar o seu próprio estabelecimento a partir de 1871.

José Marques Loureiro introduziu em Portugal um grande número de espécies, algumas oriundas dos melhores estabelecimentos europeus de França, Bélgica ou Inglaterra<sup>7</sup>, transformando-se o Horto das Virtudes num verdadeiro campo experimental de aclimação de plantas. Muitas delas eram alvo de experiências de mudança de um ambiente de estufa para o exterior ou de cruzamento, dando origem a novas espécies. É de destacar o caso das camélias, de que o Horto das Virtudes possuía mais de 650 variedades<sup>8</sup>. Por outro lado, José Marques Loureiro foi simultaneamente o primeiro horticultor em Portugal a publicar um catálogo com os produtos à venda no seu estabelecimento, para além do já referido *Jornal de Horticultura Pratica*, dado ao prelo entre 1870 e 1892.

Não obstante a Quinta das Virtudes apresentar características naturais que favoreciam a implantação do horto de José Marques Loureiro nos seus terrenos<sup>9</sup>, tinha também constrangimentos que, a par do crescente sucesso do negócio, levaram ao investimento em novos viveiros na Quinta da Pena, em Vilar, na Quinta das Águas Férreas e, mais tarde, em Águas Santas<sup>10</sup>.

Entre os inúmeros visitantes e clientes do horto contava-se a família real portuguesa, que, nas suas idas à cidade do Porto, fazia sempre paragem no estabelecimento. Tal estima conduziu a que, em 1865, D. Maria Pia (1847-1911) o distinguisse com o título de Fornecedor da Casa de Sua Majestade. Entre as inúmeras variedades de camélias que criou muitas receberam os nomes de membros de diferentes gerações da família real.

Em 1890, passaria a designar-se *Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense*, sendo então seu diretor Jerónimo Monteiro da Costa (fl. 1885-1906), após um período de agravamento do estado de saúde de José Marques Loureiro. As informações relativas à vida deste horto após a morte de José Marques Loureiro e, sobretudo, naquilo que respeita ao século XX avançado, são escassas. O catálogo da *Companhia Hortícola-Agrícola Portuense* dá-nos notícia que em 1948 existia ainda este estabelecimento. No entanto, já em 1965, o horto foi adquirido pela Câmara Municipal do Porto, recebendo intervenções de requalificação em 1998<sup>11</sup>.

---

<sup>6</sup> MARQUES, 2009: 56.

<sup>7</sup> LOUREIRO *et. al.*, 1892-1897: 80.

<sup>8</sup> ARAÚJO, 2006: 136.

<sup>9</sup> «A quinta das Virtudes marcada pelo escavado talvegue do rio Frio, teria, naturalmente, disponibilidade de água, uma diversidade desejável de exposições solares, com extensas áreas a sul e poente (onde se localizava um número significativo de estufas) e estaria abrigada dos ventos frios do norte» (MARQUES, 2009: 57).

<sup>10</sup> MARQUES, 2009: 57.

<sup>11</sup> Câmara Municipal do Porto, 2014.

## OS JARDINEIROS DAS VIRTUDES

Com um grande interesse e curiosidade pelas questões ligadas à flora, José Marques Loureiro tornou-se a personagem fundamental para a história do Horto das Virtudes. Proveniente de Viseu, foi acolhido com catorze anos de idade pelo floricultor Pedro Marques Rodrigues que se dedicava, no estabelecimento das Virtudes, ao cultivo de camélias, cravos e alecrins do norte<sup>12</sup>. Sobre esta figura pouco sabemos, sendo as poucas referências que existem repetidas de autor para autor, sem nunca se saber qual a sua fonte primeira.

Será, pois, aqui que José Marques Loureiro inicia a sua aprendizagem em torno do mundo da jardinagem e, aí, surgiria o seu primeiro negócio. Substituindo o seu mestre em 1863, assim aparece o horto, que rapidamente adquire grande reconhecimento. Marca presença nas variadas exposições de flores, onde ganha um número considerável de medalhas e percorre os afamados hortos internacionais com o fim de adquirir conhecimento e divulgá-lo aos demais. Por outro lado, traz consigo novas espécies como palmeiras, eucaliptos, pereiras ou morangueiros — que vingam em Portugal, facto que o levou a alargar os seus terrenos de cultivo, investindo em novos viveiros na cidade do Porto como, por exemplo, na Quinta da Pena, dedicada ao cultivo de árvores frutícolas, ou na rua Formosa para implementação de uma estufa. Empreendedor, estendeu a sua exploração para além do Porto, optando pela Maia, nas Quintas da Picua e da andara, e em Lisboa, na rua do Salitre, para abrir uma sucursal<sup>13</sup>.

Neste contexto, o desígnio do horticultor foi mais além do mero propósito comercial. Nas várias tiragens do *Jornal de Horticultura Pratica* — mais tarde designado como *Jornal Hortícola-Agrícola* —, debata diversos assuntos, nunca esquecendo de salientar, por exemplo, a importância dos jardins públicos ou a proteção do arvoredo em geral. Com vinte e três anos de publicação, fez deste jornal o primeiro e mais completo repositório especialista em assuntos de cultivo e plantação<sup>14</sup>. As suas gravuras, muitas das quais importadas, permitiram a divulgação de formas e práticas, impulsionando a atividade hortícola em Portugal. De forma a dar a conhecer aquilo que de mais inovador se vinha fazendo internacionalmente no campo da horticultura, contou com a colaboração de inúmeros correspondentes, podendo citar-se, a título de exemplo, Edmond Goeze (1838-1929), um alemão que trabalhou no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e no Jardim Botânico da Escola Politécnica de Lisboa, com assídua colaboração neste periódico entre 1870 e 1876.

Todo o trabalho de José Marques Loureiro, pioneiro em Portugal e impulsionador das práticas hortícola-agrícolas, valeu-lhe uma efígie numa estátua de António Teixeira Lopes (1866-1942), denominada *Flora*, que ainda subsiste no Jardim de João Chagas/Cordoaria, mantendo viva a memória desta personagem.

No entanto, não podemos deixar de fazer também alusão a Jerónimo Monteiro da Costa. Natural do concelho de Marco de Canaveses, tornou-se sócio de José Marques Loureiro em 1890, ao associar o seu negócio hortícola Costa & Costa ao Horto<sup>15</sup>. É a partir desta fusão que nasce a *Real Companhia Hortícola-Agrícola Portuense*, denominação que se manterá até à queda da Monarquia, tendo Jerónimo Monteiro como diretor. A sua designação altera-se, assim, para

---

<sup>12</sup> LEAL, 1875: 262.

<sup>13</sup> MARQUES, 2009: 56.

<sup>14</sup> CORREIA, 1981: 410.

<sup>15</sup> MARQUES, 2009: 60-61.

*Companhia Hortícola-Agrícola Portuense*, a qual estabelece nos seus estatutos os objetivos a que se propunha:

(...) art. 2º - Esta sociedade tem por fim (1º) Adquirir o estabelecimento hortícola denominado Horto Loureiro com todos os seus pertences, compreendendo a sucursal que tem em Lisboa e adquirir o estabelecimento hortícola de Costa & Costa, (2º) A cultura e venda de plantas, (3º) Effectuar todas as operações que digam respeito à horticultura, agricultura e jardinagem. (...) A associação com o horticultor e jardineiro paisagista Jeronymo Monteiro da Costa, antigo funcionário do estabelecimento de Marques Loureiro, significaria uma garantia da continuidade do seu esforço empreendedor no mundo da horticultura (...) <sup>16</sup>.

Entusiasta da horticultura, Jerónimo Monteiro da Costa é nomeado chefe dos jardins e arvoredos da Câmara Municipal do Porto em 1893 e, com esse cargo, assume o ajardinamento de várias zonas desta cidade<sup>17</sup>. Os jardins de João Chagas (Cordoaria), do Passeio Alegre e o de Marques de Oliveira (São Lázaro) serão, assim, exemplos emblemáticos da intervenção deste horticultor na paisagem portuense<sup>18</sup>.

## PERSISTÊNCIAS MATERIAIS E VEGETAIS

São poucos os elementos do antigo Horto das Virtudes que se podem encontrar no atual Jardim. Com efeito, estes podem, num primeiro olhar desinformado, passar despercebidos aos visitantes. Contudo, entre as peças agora descontextualizadas como estatuária e outros elementos que ornamentavam os muros do horto, pode ainda distinguir-se um ou outro elemento identificável através do confronto com registos fotográficos da época.

A partir da observação no local e do confronto com a documentação, nomeadamente a cartográfica, foi possível perceber que ainda subsiste parte do portão da entrada do horto, de acesso pela rua dos Fogueteiros, atual rua Azevedo de Albuquerque, embora alterado. Relativamente a um segundo portão, com entrada pela mesma rua, pensamos ter identificado o local onde este se encontrava e alguns fragmentos da cantaria original. Outros vestígios estarão dispersos no espaço do atual jardim público. Contudo, foram manipulados e reutilizados em muros.

A flora que outrora compunha o Horto das Virtudes está, hoje, muito reduzida. A Câmara Municipal do Porto adquiriu o Horto das Virtudes em 1965 e, após um período de abandono, transformou-o num Jardim Municipal, aberto ao público em 1999. Os antigos socalcos foram cobertos de relva, tendo sido introduzidas novas plantas.

Das espécies que subsistem do antigo Horto das Virtudes estão identificadas uma *Phoenix Canariensis*, uma *Pistacia Atlântica*, uma *Ginkgo Biloba* e uma *Chorisia Speciosa*, árvores com reconhecido valor paisagístico. Servindo como forma de salvaguarda e valorização do Património Natural, considera-se, assim, que «o Arvedo de Interesse Público compreende exemplares isolados ou conjuntos arbóreos que, pela sua representatividade, raridade, porte, idade, historial, significado cultural ou enquadramento paisagístico, possam ser considerados de relevante interesse público e se recomenda a sua cuidadosa conservação»<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> MARQUES, 2009: 62.

<sup>17</sup> SOARES, 2006: 11.

<sup>18</sup> Universidade do Porto, 2012.

<sup>19</sup> Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (I.C.N.F.).

Neste contexto, a *Phoenix Canariensis* é uma das poucas palmeiras sobreviventes do Horto das Virtudes. O *Jornal de Horticultura Pratica* refere a respeito desta árvore:

*Entrando pela porta ao fundo do largo do Viriato, depara-se-nos logo o primeiro socalco, onde se encontram soberbas plantas tropicaes. Entre muitos exemplares de pequeno e mediano porte, sobresaem: uma Phoenix canariensis, soberba em pujança e de estipe [caule das palmeiras] incipiente, mas enormemente grosso*<sup>20</sup>.

No Porto, existem sessenta e três árvores desta espécie classificadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas<sup>21</sup> como Árvores de Interesse Público, sendo as mais antigas as do Jardim do Passeio Alegre, com cento e vinte e cinco anos<sup>22</sup>, também provenientes do Horto das Virtudes<sup>23</sup>.

Por outro lado, a *Pistacia Atlântica* terá sido plantada pelo próprio José Marques Loureiro, em 1877, conforme referido num dos números do *Jornal de Horticultura Pratica*<sup>24</sup>. As sementes desta árvore foram-lhe enviadas com identificação errada e, só quando esta cresceu, foi possível identificá-la corretamente. Marques Loureiro refere:

*Não a possuíamos ainda, e, por isso, tivemos muito prazer em poder enriquecer com ella a nossa collecção de arvores de folhas persistentes. A Pistacea é uma arvore linda, tendendo a tomar uma forma arredondada. Os fructos, de novembro a março são d'um escarlata vivo e do tamanho de cerejas. Dispostos em cachos, são d'um efeito encantador. Terminamos por afiançar que a Pistacea atlântica deve dar-se em quasi todo o nosso paiz*<sup>25</sup>.

No entanto, parece que tal não se verificou, já que é uma árvore rara nos nossos jardins.

A *Ginkgo Biloba* é considerada a espécie vegetal mais antiga do planeta. O exemplar existente no Jardim das Virtudes é o maior desta espécie que se conhece em Portugal, com 35,5 metros de altura e, provavelmente, a mais antiga. Estima-se que tenha cerca de 200 anos, sendo, portanto, anterior ao próprio Horto. Este ícone do Jardim das Virtudes é a única árvore aqui classificada como de Interesse Público. A *Chorisia Speciosa* quase passa despercebida, no limite sudoeste do Jardim das Virtudes, num socalco paralelo ao rio Douro. Foi prejudicada pela plantação de duas árvores muito próximas, que a ocultam parcialmente. O facto de crescer encostada a um muro terá condicionado o seu desenvolvimento<sup>26</sup>. Esta árvore, muito rara em Portugal, encontra-se em vias de classificação.

Em suma, pode assim compreender-se o tema do Horto das Virtudes como passível de ser visto e trabalhado segundo múltiplos pontos de vista, o que convoca uma investigação multidisciplinar que integre áreas como a História, História da Arte, Arquitetura Paisagista ou Botânica. Com efeito, considera-se que apenas assim se poderá compreender de forma mais completa o lugar e as suas diferentes transformações ao longo do tempo, havendo ainda muito

---

<sup>20</sup> LOUREIRO, 1887: 270.

<sup>21</sup> Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (I.C.N.F.).

<sup>22</sup> LOURENÇO, 2015: 18.

<sup>23</sup> ARAÚJO, 2006: 75.

<sup>24</sup> LOUREIRO, 1881: 213-214.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

<sup>26</sup> ARAÚJO, 2006: 26.

por abordar naquilo que concerne ao tema. Algumas questões ficam, porém, por responder. Não foi possível, até ao momento, precisar a data e as circunstâncias que levaram ao encerramento do Horto das Virtudes.

Os vestígios do Horto das Virtudes são, hoje, muito escassos e desconhecidos do público. É premente a elaboração de conteúdos de qualidade que divulguem as Virtudes junto de diferentes públicos, contribuindo para o seu melhor conhecimento, valorização e salvaguarda, para que as gerações futuras possam usufruir também deste espaço.

Os espaços verdes têm vindo a merecer destaque na doutrina internacional, sendo já mencionados em 1972 pela UNESCO na *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*, como deixa antever o seu título. Contudo, será a *Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos* (1981) que vai refletir mais diretamente sobre estas questões, definindo os jardins como um «monumento vivo»<sup>27</sup> sujeitos a princípios de salvaguarda próprios pelo seu caráter precíval. Neste sentido, afirma este documento que «o interesse pelos jardins históricos deve ser estimulado por todo o tipo de atuações capazes de valorizá-lo enquanto património e de torná-lo mais conhecido e apreciado»<sup>28</sup>.

Estes aspetos têm também vindo a integrar progressivamente a própria legislação nacional, verificando-se que a Lei Base 107/2001, de 8 de outubro, prevê, no seu artigo 44º, a defesa da qualidade ambiental e paisagística.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARAÚJO, Ilídio (1972) – Jardins, Parques e Quintas de Recreio no Aro do Porto, *Revista de História: Actas do Colóquio O Porto na Época Moderna*. Porto, Centro de História da Universidade do Porto, Instituto de Investigação Científica, vol. 2, pp. 375-387.
- ARAÚJO, Paulo Ventura (2006) – *À Sombra de Árvores com História*. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-972-616-152-1
- CORREIA, António Mendes (dir.) (1981) – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 16. Lisboa: Editorial Enciclopédia.
- LEAL, Augusto S. B. Pinho (1875) – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Historicos, Biográfico e Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal e de Grande Numero de Aldeias (...)*. Vol. 5. Lisboa: Livraria Editora de Mattos & Companhia.
- LOUREIRO, José Marques & COSTA, Jeronymo Monteiro da (1892-1897) – *Catálogo Geral e Descritivo das Plantas Cultivada no Estabelecimento e Viveiros da Real Companhia Horticolo-Agricola Portuense*. N.º 27. Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira.
- MARQUES, Teresa Portela (2009) – *Dos Jardineiros Paisagistas e Horticultores do Porto de Oitocentos ao Modernismo na Arquitetura Paisagista em Portugal*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

---

<sup>27</sup> ICOMOS, 1981: art. 3º.

## Referências em linha

- Câmara Municipal do Porto (2014) – *Parque das Virtudes*. «Porto.». Disponível em <<http://bit.ly/2p9AoSQ>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- COSTA, Agostinho Rebelo da (1789) – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto: Que Contém a sua Origem (...)*. Porto: Oficina de António Alvarez Ribeiro, 1789. Disponível em <<http://bit.ly/2pq2agz>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- ICOMOS (1981, 21 de maio) – *Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos*. Florença. Disponível em <<http://bit.ly/2q1DnRl>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (I.C.N.F.) – *Arvoredo de Interesse Público: Monumentos Vivos*. Disponível em <<http://bit.ly/2pDuDR0>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- Lei nº 107/2001, de 8 de setembro: Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural*. «Diário da República», I Série-A. Disponível em <<http://bit.ly/2qC1q6e>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- LOURENÇO, Diogo Filipe Pascoal (2015) – *Árvores de Interesse Público da Cidade do Porto: Do Inventário ao Itinerário*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista orientada pela Professora Cláudia Fernandes e apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 2015. Disponível em <<http://bit.ly/2qjgWDo>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- LOUREIRO, José Marques (1870-1892) – *Jornal de Horticultura Prática*. Porto: Typographia Lusitana. Disponível em <<http://bit.ly/2pm6KdO>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- SERENO, Isabel; GUIMARÃES, Maria (2002) – «Casa das Virtudes/ Casa dos Pintos de Meireles/Casa dos Albuquerque/ Edifício da Cooperativa Árvore». *SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*. Disponível em <<http://bit.ly/2pDv9yq>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- SOARES, Manuela (2006, junho) – «Apontamentos para o estudo do verde lúdico no Porto». *Boletim APHA: Associação Portuguesa de Historiadores de Arte*, vol. 3. Disponível em <<http://bit.ly/2oPWREj>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].
- Universidade do Porto (2012) – *Edifício da Reitoria da U.Porto – Enquadramento: Lado Sul*. Disponível em <<http://bit.ly/2pJqxUD>>. [Consulta realizada a 04/05/2017].

FURTADO, Carolina, ALMEIDA, Francisca Pires de & GONÇALVES, Vera (2017) – O Horto das Virtudes. *Jardim e Passeio das Virtudes: Uma Paisagem Histórica Urbana*. Porto, pp. 55-62.